

SESSÕES DO PLENÁRIO

81ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 02 de setembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. MARIA LUIZA LAUDANO *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João C. Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (52)

A Srª PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(A Srª Presidenta procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Maria Del Carmem, comunicando sua ausência da Sessão Itinerante no município de Paulo Afonso, no dia 07/08/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. João Bonfim, comunicando sua ausência das sessões nos dias 07 e 08/08/2013, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Da Procuradora-Geral de Justiça em exercício, Doutora Sara Mandra Moraes Rusciolli Souza, dando conhecimento da Moção de Apoio ao Requerimento nº 7.817/2013, de autoria da Deputada Luiza Maia, fitando a

criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o Tráfego de Pessoas no Estado da Bahia.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr^a Presidente, deputada Maria Luiza Laudano, Srs. Servidores desta Casa, nobres deputados, deputada, queria registrar uma atitude que deveria ser copiada neste Estado e neste País. Queria parabenizar o prefeito de Jitaúna, o nosso companheiro Edson Silva Souza, que, diante de uma crise da qual não é culpado, pois herdou o município totalmente depauperado, baixou o próprio salário. Diante da diminuição dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios por conta de decisões econômicas da própria presidente, fato que incide no Imposto de Renda e no IPI, diminuindo automaticamente a renda que é repassada para os municípios, esse prefeito toma essa atitude para contornar e resolver a crise. E assim evita a demissão de funcionários.

Demonstrando seu compromisso com o povo, com a classe trabalhadora, demonstrando como bem administrar o recurso público, diminuiu seu salário em R\$ 2 mil; e o salário de todos os cargos de confiança do município. Sendo correlato ao salário que recebia, secretário diminuiu R\$ 500,00, para não demitir funcionários, não colocar na rua pais de família.

De forma que isso parece ser uma coisa simples, mas é uma atitude extremamente dignificante para um político. Com certeza, hoje, a população de Jitaúna está orgulhosa do prefeito que tem pela atitude de coragem e compromisso com seu povo. Gostaria de parabenizá-lo. Queria registrar e que ficasse nos Anais desta Casa essa atitude do prefeito Edson, de Jitaúna, nosso companheiro.

Outra questão que queria falar desta tribuna é que a *Rede Globo* foi o primeiro órgão de imprensa deste País e talvez da América Latina a fazer uma autocrítica e a dizer que errou. A verdade é dura, mas ela se penitencia e faz uma autocrítica por ter participado do golpe militar de 64. Não só de ter participado, de ter ajudado, não só das suas coberturas editoriais, mas esse órgão de imprensa, um dos mais poderosos, um dos que mais cresceu e se aproveitou da ditadura implantada neste País, reconhece que errou.

E ali houve uma manifestação onde foram atirados excrementos em vários carros da Rede Globo deste País. Não sei se isso tem a ver. Mas na verdade a direção dessa grande empresa de comunicação do nosso País disse que já havia feito e que só publicou agora mediante editorial. E ali ela fala também da participação da *Folha de São Paulo* e do jornal *Estado de São Paulo*. A empresa *Folha de São Paulo* emprestou os seus carros, disfarçados para carregar jornal, nos quais eram levados os presos políticos para não serem conduzidos nos camburões da época.

A Rede Globo reconhece, e quero que esse edital seja incorporado nos Anais desta Casa, que errou ao apoiar o golpe civil militar neste País. Estamos num

momento histórico de extrema importância, com um órgão do tamanho da Rede Globo fazendo essa *mea culpa* na história do Brasil.

Então, Sr^a Presidente, gostaria que isso ficasse aqui registrado.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido.

Com a palavra o nosso grande decano, deputado Reinaldo Braga pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. REINALDO BRAGA:- Sr^a Presidente desta sessão, deputada Maria Luiza Laudano, demais deputados que aqui se encontram em plenário, na última quinta-feira ocupei esta tribuna para anunciar que o Partido da República, PR, iria fazer o seu primeiro encontro regional no interior da Bahia, em Teixeira de Freitas, e isso ocorreu.

Quero aqui registrar que foi um acontecimento muito bom, com muita frequência, com a presença do ministro César Borges, que é filiado e membro do PR; a presença do deputado José Rocha, que é presidente do PR aqui no Estado; com a minha presença e com a presença do anfitrião Temóteo Brito, a quem quero agradecer pela acolhida que ele deu aos membros do partido.

E, naquela oportunidade, podemos também contar com a presença do prefeito de Teixeira de Freitas, João Bosco e de alguns vereadores e prefeitos da região. Quero destacar aqui, dentre eles, o prefeito de Itabela Júnior Dapé, que foi nosso colega aqui na Assembleia durante algum tempo como deputado estadual; o presidente do PR de Teixeira de Freitas e vereador mais novo do Brasil, com 19 anos, Yuri Shinozaki; também o vereador Adalgiso Jardim, do PR, ao lado de tantos outros prefeitos e vereadores de outros municípios daquela região. Naquela oportunidade, o ministro César Borges pode anunciar, tanto na primeira recepção quanto na reunião propriamente dita do partido, a duplicação da BR 101, nos trechos da Bahia. Uma velha reivindicação da região da Bahia e que agora, em outubro, a licitação ocorrerá em regime de concessão.

Tenho certeza absoluta de que isso será um marco na história da Bahia, porque essa estrada, todos nós sabemos da importância econômica que ela tem e teve ao longo da história do nosso País. Implantada nos idos de 1972, tem trazido resultados importantes para a região, para a ocupação econômica da região com as empresas de celulosas instaladas lá por conta da melhoria da trafegabilidade, da comunicação da Bahia com o Brasil.

Com a duplicação esperamos que novos investimentos ocorram, novas empresas se instalem na Região Sul da Bahia, fruto da trafegabilidade melhor, pois a duplicação melhorará muito o escoamento da produção que ali ocorrerá.

Fico feliz e quero parabenizar o deputado José Rocha pela iniciativa de fazer esses encontros regionais. O primeiro foi em Teixeira de Freitas, e faremos outros para fortalecer o partido.

Na minha fala, na oportunidade, em Teixeira de Freitas, disse que a classe

política está precisando, realmente, comunicar-se melhor com a sociedade, conversar mais, fortalecer os partidos, porque sem partidos fortes, evidentemente, a democracia não se afirma. Temos de ter os representantes e os representados. Os políticos são os representantes legítimos dos segmentos sociais, e temos que fortalecer a nossa classe, que vive momentos difíceis, sabemos disso, em relação à credibilidade junto à sociedade. Os movimentos de junho mostraram isso, e talvez os de setembro, deste mês, irão caminhar nessa direção, principalmente depois do que ocorreu no Congresso Nacional com a não cassação do deputado-não deputado, Natan Donadon.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Carlos Brasileiro, pelo tempo de até 5 minutos.

Em permuta, com a palavra o deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 5 minutos. **O Sr. CARLOS GEILSON:-** Sr^a Presidente, Srs. Deputados, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, bancada feminina, que deve estar nos corredores da Casa, colegas da imprensa, ontem, em Feira de Santana, aconteceu a abertura da 38^a Exposição Agropecuária, no Parque João Martins da Silva, que estava lotado. Na solenidade de abertura estiveram presentes a Sr^a Virgínia Hagge, representando o Ministério da Agricultura, e o secretário da Agricultura do Estado, Eduardo Sales.

Vocês, que estão assistindo, agora, o canal da *TV Assembleia*, pasmem, senhoras e senhores, a Prefeitura de Feira gastou R\$ 500 mil para fazer a montagem da estrutura e contou com a ajuda do Banco do Nordeste em apenas R\$ 10 mil. Plagiando aquele locutor das escolas de samba do Rio de Janeiro: 10 mil reais. O governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura, pasmem, vocês que assistem ao canal da *TV Assembleia*, pasmem Srs. Deputados, entrou com apenas R\$ 30 mil. Trinta mil reais foi o que o governo do Estado liberou para a exposição agropecuária de Feira de Santana.

O secretário Eduardo Sales, que é um secretário operoso, reconheço, participou da abertura, mesmo assim merece, aqui, os nossos reparos, merece as críticas do setor produtivo, dos pecuaristas de Feira e da região. É brincar num momento desse, quando o setor agropecuário precisa de apoio, precisa de incentivo.

Apenas 10 mil reais foi o valor do Banco do Nordeste, e ainda exigiu da prefeitura de Feira de Santana a contrapartida para liberar esse valor. Já nem falo do governo do Estado. Não sei se é uma questão política, porque em anos passados a liberação foi de 50 mil reais. Este ano já diminuiu para 30 mil reais. Uma expofeira, Carlinhos Brasileiro, em que a estrutura bancada pelo município, só a estrutura, 500 mil reais.

Aqui fica a nossa crítica ao governo do Estado, ao governo federal. Vemos tanto dinheiro desperdiçado com propaganda inverídica, com propaganda que não corresponde à verdade nem à realidade, e num momento em que o produtor precisa desse apoio, o governo federal dá as costas através do Banco do Nordeste e o governo do Estado...

Não levarei em conta questões políticas. Creio eu, e prefiro acreditar que é um recurso apertado, que é um momento de dificuldade no Estado, é melhor acreditar nessa vertente do que pensar que tem conotação política, que tem alguma outra dificuldade. Portanto, Sr^{as} e Srs. Deputados, aqui fica o nosso protesto e as nossas lamentações. Por outro lado, presto minha solidariedade ao povo de Santo Estevão, ao povo de Ipecaetá, ao povo de Amélia Rodrigues e ao povo de Anguera. Sabem o que aconteceu. Sábado estava programada uma visita do governador à Santo Estevão. A população e a classe política ficaram esperando, mas ele lá não apareceu, idem em Ipecaetá e Anguera.

Quem apareceu em Santo Estevão, segundo li na Imprensa, foi o deputado Zé Neto para dar satisfação, dizendo que o governador não pode viajar de helicóptero pois estava chovendo. Olha que era um garoazinha, mas o governador não pode pegar o carro e seguir para Santo Estevão, tão perto de Salvador via BR-324.

Não sei se governador não é muito afeito a viajar de carro ou não quis se deparar com os problemas na BR-324, que são inúmeros. Ele iria ficar num engarrafamento, com certeza, por causa daquele trabalho que a Via Bahia faz todos os dias, contrariando a população baiana.

A população dessas cidades se preparou para receber o governador, fizeram almoço, e o governador não deu a mínima, não deu importância, minha querida presidente Maria Luiza Laudano.

Espero que isso não aconteça na sua cidade, a senhora esperar o governador por duas, três, quatro, cinco horas, e depois aparecer o líder Zé Neto dizendo que o governador não irá. Lá em Santo Estevão ele recebeu uma estrepitosa vaia quando anunciou que o governador não mais iria. É o que li na Imprensa, é o comentário geral nas redes sociais. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Carlos Brasileiro pelo tempo de até 5 minutos. Me parece ser o último orador inscrito, a menos que o deputado Sandro Régis queira usar da palavra.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Sr^a Presidenta, deputada Maria Luiza Laudano, Senhores Deputados, Senhores da Imprensa, servidores desta Casa, tenho aqui uma mensagem a passar sobre algumas denúncias feitas no Bahia Notícias, aqui ressaltadas pelo deputado Carlos Gaban.

Como eu havia prometido ao deputado Gaban, infelizmente ele não está aqui, fiquei de fazer uma pesquisa para trazer dados oficiais da SAEB acerca do assunto, até porque acredito que as informações colhidas pelo Bahia Notícias, como está comprovado, vieram de algum informante sem base legal ou sem respaldo legal para dar tais informações acerca de contratações do governo Jaques Wagner.

Fiquei de fazer uma pesquisa, e conseguimos, através da Saeb, essas informações. Vou ler o texto com as informações da Saeb para que haja uma compreensão mais fácil daqueles que nos ouvem neste momento.

A matéria “Novo Secretário amplia cortes e despesas”, que saiu no Diário de

Notícias, entre outros assuntos, destaca a questão das contratações do governo Jaques Wagner. Temos a dizer que: (Lê) “Ao contrário do que diz o texto, este governo criou um total de 707 novos cargos em comissão e não 1.453 conforme informa a reportagem. O aumento do efetivo comissionado da Administração Direta e Indireta do Estado foi, portanto, de 5,55% no período que vai de Janeiro de 2007 a agosto deste ano, e não de 17,9%, como informado. Para fins de esclarecimento, a Secretaria da Administração (Saeb) informa ainda que, durante os oito anos da gestão anterior (1999-2006), foram criados 2.418 cargos de comissão, cerca de 3,5 vezes mais que na gestão Wagner (707). O efetivo comissionado instituído na gestão Wagner veio compor a estrutura organizacional de oito novas secretarias.” Aqui abro um parêntese, se as oito secretarias não eram necessárias é um tema para se discutir, mas acredito que na visão democrática que dá direito a todos os segmentos da sociedade de ter, dentro do governo Wagner, um espaço onde pudesse elaborar e praticar suas políticas públicas, acredito que o governador Wagner criou nessa direção.

Cito algumas que são inevitáveis de existirem, portanto foram necessárias suas criações: a Secretaria Estadual para Assuntos da Copa do Mundo da Fifa Brasil 2014, era inevitável que se criasse; Secretaria de Administração Penitenciária, para que os nossos presos tenham um orçamento próprio para o direcionamento dessa secretaria, para cuidar daqueles que estão lá cumprindo pena; a Secretaria de Política para as Mulheres, hoje uma importante secretaria que todo governo no Brasil deveria ter; Secretaria de Promoção e Igualdade Racial, uma vez que a Bahia é o Estado detentor de maior número de negros do Brasil, então tinha que ter uma secretaria própria para tratar de assuntos dos negros do nosso Estado.

Então, continuando a explicação da Saeb, (Lê) “O Estado possuiu, hoje, um total de 13.443 cargos comissionados, considerando a administração direta e indireta. Com o decreto governamental publicado na última quinta-feira (15) que prevê um novo corte no número de cargos em comissão, tendo como meta a redução de 10% do efetivo total, serão suprimidos, portanto, um total de 1.344 cargos em comissão. A fonte de informação para a obtenção dos dados referentes ao número de cargos comissionados do Estado é única, ou seja, o Sistema de Recursos Humanos do Estado da Bahia - SRH, da Secretaria da Administração (Saeb). Acrescente-se que a reestruturação organizacional do Estado instituída neste governo possibilitou ainda a redução no efetivo de contratações via Regime Especial de Direito Administrativo (Reda). O contingente de servidores contratados nesta modalidade recuou em 58,9% nos (últimos seis anos saindo de 20.881 em dezembro de 2006 para os 8.566 atuais.” Então, também não é verdade quando a matéria afirma que este governo contratou mais Reda do que no passado. Está uma diferença gigantesca. Saiu de 20 mil para 8.566.

A redução nas contratações Reda deu-se também, e isso é o mais importante a ser declarado, em substituição destes contratados por efetivos concursados, que totaliza, em dados atuais, um contingente de 28.434 novos servidores. Portanto, o nosso governo dando atenção àquilo que pregou em palanque, fazendo concurso público para que os direitos sejam iguais para todos os baianos. Foram 8 concursos

públicos para provimento de cargos em áreas consideradas prioritárias, a exemplo de Saúde, Educação e Segurança Pública.

Este é apenas um esclarecimento. Só lamentamos que o deputado Carlos Gaban não pudesse estar aqui, mas, com certeza, vai estar registrado e vou guardar essa informação para passar para o nobre deputado amanhã, em mãos, para que fique esclarecido que este governo, mesmo considerando que ainda tem Reda, e nós, como deputado estadual, condenamos essa modalidade de contratação, porque acho que o concurso público é o correto, que dá direito a todos concorrerem uma vaga no serviço público estadual de igual forma.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, todos que nos ouvem, a Bíblia diz que bem-aventurada é a nação cujo Deus é o Senhor. E o Salmo 91 diz que mil cairão ao teu lado, e dez mil à tua direita, e você não será atingindo. Desejo que essas palavras possam chegar aos nossos corações e se cumprir em nossas vidas.

Uso esta tribuna para parabenizar o vice-governador Otto Alencar, que por estes dias completou idade, ficou mais experiente. Não pude estar em sua festa por causa da minha luta no centro de recuperação, onde todos os dias chegam multidões. Só hoje internei 22 homens e quatro mulheres, vindos de todos os cantos da cidade de Barreiras e de outras localidades, tendo problemas com o *crack*. Não tenho como deixar o local em que moro, cheio de pessoas em tratamento contra as drogas, para ter a honra de participar de aniversários de pessoas maravilhosas como o nosso vice-governador Otto Alencar.

Sr^a Presidente, gostaria também de parabenizar o nosso governador Jaques Wagner pela sua condução sempre serena do Estado. Mesmo passando por dificuldades com a perspectiva da queda de receita e redução dos impostos pelo governo federal, que lamentavelmente tem prejudicado a condução administrativa da nossa Bahia, S.Ex^a de maneira sábia, agindo como um Salomão, tem sabido administrar e tem se preocupado com os mais carentes e as áreas mais necessitadas do nosso Estado. Assim sendo, não poderia deixar de continuar orando por este governador, pela sua equipe e pelos secretários, que certamente se encontram debruçados para discutir as necessárias fusões de secretarias e os necessários cortes para que a Bahia continue sendo gerida com dignidade.

Gostaria de continuar solicitando às autoridades que adiantem o Anel Rodoviário de Candeias, porque tem sido um sofrimento, principalmente para os moradores de lá, de São Francisco do Conde, Madre de Deus e São Sebastião. Esse tão necessário anel viário permitirá o escoamento do trânsito naquela região onde são conduzidos produtos químicos, óleo diesel, gasolina e derivados de petróleo.

O povo dessas cidades e de vizinhas precisa ser ouvido não só no que diz

respeito à área do anel, como também à reconstrução do Estádio David Caldeira. Tenho brigado por isso, esforçando-me por essa luta, e não posso me silenciar.

Faz-se também necessária a criação da via alternativa. Inclusive já fiz uma indicação ao governador do Estado, e ele não só nos ouviu mas igualmente esteve na refinaria assinando a liberação de recursos para o início da construção dessa via, que facilitará o trânsito, a chegada e saída de trabalhadores, trabalhadoras, estudantes e outras pessoas que precisam deslocar-se para cuidar da saúde e de seus afazeres.

Portanto, peço a esta Casa que use do poder do Legislativo para continuar buscando esses benefícios tão necessários ao povo baiano.

Que Deus abençoe a todos e tenhamos uma excelente semana, debaixo das potentes mãos de Deus, é o que eu desejo a todos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, tramita nesta Casa o projeto de lei nº 20.434, oriundo do Executivo, que trata da redução de multas e acréscimos moratórios incidentes sobre os créditos tributários do ICM e do ICMS, nas condições que estabelece. Em outras palavras, trata-se de um projeto de refinanciamento de dívidas do setor empresarial para com o Fisco estadual.

Este projeto chegou a esta Casa no último dia 24 de agosto, mais precisamente há 6 ou 7 dias, e já está em regime de urgência urgentíssima, para ser votado amanhã. Não desconheço a sua importância, é importante para a economia baiana, mas ele não foi discutido com ninguém, não foi discutido com o segmento empresarial. Hoje, por exemplo, a Liderança da Oposição foi procurada pela Abase, pela FIEB, pela Fecomércio, pela Abrasel e pelo Sindsuper. Cinco entidades representativas do setor produtivo baiano que não tiveram oportunidade de discutir as questões contidas em um projeto de refinanciamento. Prática totalmente diferente da adotada, por exemplo, pelo prefeito ACM Neto, quando da discussão da reforma tributária municipal.

A reforma tributária municipal foi discutida, não ficou dormindo nas gavetas da Câmara Municipal, não. Foi discutida durante 75 dias. Todos os segmentos empresariais da cidade do Salvador foram convocados, audiências públicas foram realizadas, enfim, num processo, nobre Líder Carlos Brasileiro, como o partido de V.Ex^a gosta de dizer, republicano. Aqui, não. Nós, por exemplo, não sabemos quanto aquele Refis votado em 2008, salvo engano, rendeu aos sofres estaduais.

Nós não entendemos por que esse prazo para pagamento é de 6 parcelas, quando em outros estados brasileiros esses programas de refinanciamento geralmente são feitos em 36 ou 48 meses. As entidades patronais pedem novos percentuais de redução das multas: 100% de redução de multas para pagamento à vista; 95% para parcelamento em até 12 vezes; 90% para parcelamento em 24 vezes; e, finalmente, 80% para parcelamento em até 36 vezes. Por que não incluir o IPVA? Quantos contribuintes estão, hoje, sem poder regularizar a papelada de seus veículos porque

não conseguem pagar as taxas e juros embutidos no IPVA. Condições especiais de parcelamento para os débitos das microempresas e empresas de pequeno porte, conceder anistia para débitos de valor irrisório, o prefeito ACM Neto fez isto na cidade de Salvador.

Então, Líder, faço aqui um apelo, se não for possível uma reunião emergencial hoje ou amanhã do secretário da Fazenda com os segmentos empresariais e os deputados, que adiemos essa votação, porque não adianta fazer uma votação dessa importância no afogadilho, na pressa, com certeza.

O Estado da Bahia, a independência deste Poder e a sociedade ganharão muito mais se não votarmos esse projeto amanhã. Sugeriria até, Sr. Presidente, que o secretário da Fazenda viesse a esta Casa explicar com mais detalhes os componentes técnicos do referido projeto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr^a Presidente, uma questão de ordem.

Gostaria de, dado o número de presenças no Plenário, que V.Ex^a fizesse uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):-Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, quero apenas registrar aqui as presenças dos deputados Bruno Reis, Sandro Régis e João Carlos Bacelar.

Com o pedido de questão de ordem para derrubar a sessão do deputado Carlos Brasileiro, agora, acho que amanhã deveríamos ponderar o que foi dito há pouco pelo deputado João Carlos Bacelar no sentido de postergar a votação do projeto do Refis. Tivemos a oportunidade de receber na Liderança da Minoria, hoje, em reunião com a Bancada da Oposição, empresários do comércio e da indústria, e a preocupação de todos eles é a falta de discussão do projeto, pois não foram ouvidos pelo governo antes de o projeto ter sido enviado para cá.

Esse projeto não está sendo debatido amplamente como deveria nas comissões e já veio direto a Plenário. Aqui na Assembleia, os empresários não foram ouvidos, e eles nos mostraram que em outros Estados o projeto teve uma abrangência muito maior, tanto do ponto de vista da quantidade de impostos, a exemplo do IPVA, que estava sendo também incluído no rol do Refis de outros Estados, como também do ponto de vista da capacidade de arrecadar.

Parece-nos, pela forma como está sendo enviado o projeto e com a forma de pagamento da ordem de apenas 6 meses de prazo, é que, simplesmente, o Fisco identificou e chamou os grandes devedores deste Estado e fez um acerto, uma transação que precisa ser homologada pela Assembleia Legislativa. Esse projeto não tem, como deveria ter, o condão de melhorar a economia do Estado atendendo a todos.

Entendemos que esse projeto deveria ser um pouco mais debatido, até conservando esse acerto, se o Estado assim fez com os grandes devedores, mas pensando também nos microempresários, nos milhares de empresários que não terão condições de pagar em 6 meses, porque se já estão devendo há tanto tempo, também não terão condições de pagar em 6 meses, fazendo da mesma forma como foi feito em outros Estados, prorrogando-se esse débito para pagamento em 12, 24 ou 36 meses, de sorte a chamar de volta para a contribuição do Estado todos esses pequenos e microempresários.

Portanto, seria importante que o governo pudesse ouvir este apelo – infelizmente, o Líder não está aqui –, porque sei que há interesse em votar amanhã à tarde, combinamos isto inclusive, mas poderíamos acertar uma audiência pública para amanhã e debatermos para que não seja votado no afogadilho um projeto que, de certa forma interessa ao governo, para que não percamos uma oportunidade de dar uma sacudida na economia baiana do ponto de vista das pequenas empresas, que são as que geram mais empregos.

Se formos somar a quantidade de mercadinhos que há por aí, pequenas empresas, veremos que esses são os grandes empregadores do Estado, e se estão em dificuldades temos que olhar não só para os grandes, que têm capacidade contributiva maior de fazer uma negociação nos moldes do proposto pelo Estado, mas também para os pequenos e médios comerciantes, os empreendedores, para inseri-los de volta no contexto da economia do Estado.

Quero aproveitar aqui a presença do Vice-Líder do governo, deputado Carlos Brasileiro, que leve essa mensagem ao Líder.

Do ponto de vista da Oposição, estamos aqui para dialogar, avançar e, inclusive, votar a favor do projeto procurando, nos moldes do que foi feito em outros estados, estender os benefícios aos menores. Afinal de contas, a lei boa é aquela que preserva o interesse, sobretudo, dos menores.

Era apenas para registrar.

Vou pedir a V.Ex^a marcar 15 minutos para que o deputado Carlos Brasileiro possa usar da palavra.

Muito obrigado pela paciência, presidente.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Deputado Elmar Nascimento, tenho certeza de que o nosso Vice-Líder de Governo, deputado Carlos Brasileiro, levará o problema ao Líder. E eu levarei também, como presidente desta sessão, ao presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, para que ele possa dialogar sobre esta matéria de grande importância para todos os nossos municípios.

Com a palavra, para uma questão de ordem, o deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Quero agradecer a senhora pela intervenção bem própria ao assunto.

E, também, quero dizer que as falas dos deputados João Carlos Bacelar e do Líder da Minoria, Elmar Nascimento, são pertinentes. Neste momento, assim que sair daqui, vou levar ao nosso Líder, Zé Neto, para ele buscar um caminho e que, amanhã,

antes da votação, nós possamos ter um diálogo com esta categoria ou estas categorias tão citadas pelos deputados Elmar e João Carlos.

É um compromisso nosso de que, ao terminar esta sessão, vamos estar com o deputado Zé Neto para conversar sobre este assunto.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Além dos nomes explicitados pelo deputado Elmar Nascimento, também, há aqui a presidente desta sessão, Maria Luiza Laudano, e o deputado Carlos Brasileiro.

Não havendo número legal para a continuidade da presente sessão ordinária, dou a mesma como encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*